

A intervenção do Estado é necessária

Zélia M. Cardoso de Mello

A rediscussão do papel do Estado na economia brasileira tem ocupado o crescente espaço nas discussões econômicas e políticas, passando a ser uma bandeira empunhada por representantes das mais variadas tendências.



Se há consenso sobre a falência do Estado e a inviabilidade do atual, o mesmo não se pode dizer quanto ao "novo Estado", o Estado "moderno" de que todos falam.

Para avançar na discussão é preciso resgatar a história e lembrar como e por que se deu a expansão do Estado produtor e empreendedor. Esta expansão, embora tenha servido

a setores estatizantes (embora não da "esquerda") e nacionalistas, foi antes uma imposição de nossa realidade. Dada a estreiteza de nosso mercado de capitais, em face do volume de investimentos requeridos para a implantação de determinadas indústrias e finalmente frente ao longo período de maturação característico desses investimentos, o setor privado não teve condições de empreender as tarefas que se nos apresentavam.

Embora os investimentos realizados na década de 70 nos tenham legado um parque industrial diversificado e complexo, o padrão de financiamento desses investimentos esgotou-se, pela sua concepção, por efeito da conjuntura externa e finalmente pela resposta dada pela política econômica brasileira. A deterioração desse padrão de financiamento começa já nos anos 70 e acentua-se nos anos 80.

Nestes vinte anos assiste-se paralelamente à montagem e ao desenvolvimento de um modelo econômico excludente e concentrador de renda; as desigualdades acentuam-se e o Estado é cada vez mais incapaz de exercer sua função social, na educação, saúde e habitação.

Hoje o Estado está imobilizado e os capitais privados aprisionados na armadilha financeira. Neste quadro, há os que advogam o fim da interferência do Estado na economia, o enxugamento da máquina administrativa, como se isso bastasse para pôr fim às nossas dificuldades. Há também os que, embora defendam a revisão da máquina administrativa com o fim de conseguir maior eficiência, propõem uma maior estatização como forma de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.

A discussão tem sido pre-

judicada pela ideologia, e para avançar é preciso antes se livrar da dicotomia, "estatismo vs. liberalismo". A retomada do crescimento pressupõe encontrar um novo padrão de financiamento, o que significa retirar a discussão do lodacal ideológico. O Estado quebrado e privatizado é hoje incapaz de investir, seja na área social, seja em infra-estrutura.

Se quisermos crescer o Estado não prescindirá dos capitais privados nacionais e externos; se quisermos crescer com justiça social não prescindiremos da regulação e coordenação do Estado. As forças de mercado, isoladas, têm-se mostrado, historicamente, incapazes de resolver as injustiças sociais.

Zélia M. Cardoso de Mello, economista, professora da USP, foi secretária de Controle Financeiro do Setor Público da STN/Minifaz.